

DOCUMENTO DE APRESENTAÇÃO AOS PRÉ-CANDIDATOS - ELEIÇÕES 2022

Prezados PRÉ-CANDIDATOS, CANDIDATAS

Nas eleições de outubro, a sociedade brasileira irá decidir sobre os rumos do Brasil e de Minas Gerais. Mas, também, no que nos afeta diretamente, sobre o **futuro do serviço público e da vida de milhões de servidores públicos, ativos e aposentados**. As eleições deste ano serão cruciais para definirmos o BRASIL e a Minas Gerais que queremos e qual futuro teremos, a partir de nossas escolhas. Estarão em questão não apenas as macropolíticas econômicas, mas também as políticas de direitos sociais, trabalhistas, previdenciárias e, em especial, ambientais.

Sabemos que o modelo de serviço público atual está em xeque, sua estrutura, seu funcionamento e sua qualidade, com ataques diretos aos direitos de servidores e trabalhadores – como se estes fossem culpados pela situação em que se encontra a prestação do serviço público no Brasil. Grandes mídias divulgam, de forma incessante, casos de ineficiência e de corrupção, de privilégios e regalias, como se estes casos fossem ou representassem a grande maioria dos servidores públicos e a situação por estes vivida.

Para corrigir algumas destas distorções, atacam o conjunto do serviço público, como se nós, servidores, fossemos os responsáveis pelas mazelas provocadas por interesses que, muitas vezes, usam o poder e o serviço público para seus próprios fins. Certamente existem distorções. E estas devem ser combatidas com o rigor da Lei. A sociedade brasileira terá que debater e realizar uma profunda reforma política, assim como combater as mazelas que imputam ao executivo, ao legislativo e ao judiciário, como o patrimonialismo, o caciquismo, o apadrinhamento, o corporativismo, a burocracia, a inação, a ineficiência, e improdutividade, a ausência de planejamento e prioridades etc.

Nós, servidores, não podemos nos furtar a discutir nossos deveres perante a sociedade. **Mas, não podemos aceitar sermos responsabilizados pelos erros e desvios cometidos por aqueles que pensam no Estado como forma de favorecer interesses privados**. Por isso, em 2022, **devemos apoiar pré-candidatos que nos representam na defesa do serviço público, de nossa importância para o conjunto da sociedade e, principalmente, da importância das carreiras de Estado**. Neste processo, iremos votar em pré-candidatos que possam nos representar ou, pelo menos, que tenham entre suas propostas a **defesa do meio ambiente, do serviço público e a defesa das carreiras típicas de Estado** – aquelas que, como a nossa, exercem papel crucial na gestão, no controle e na execução das políticas ambientais. Buscamos um voto objetivo e fundamentado, visando garantir nossa representação de forma legítima e qualificada. Por isto, iremos também **considerar, em nossa escolha pessoal, toda a estrutura e ideais que o seu partido defende, fez, ou pretende fazer**.

O SINDSEMA não tem partido. Mas, **TOMAMOS PARTIDO na DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO sobre o privado; na DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO E DOS SERVIDORES PÚBLICOS; na DEFESA DE UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, de uma LEGISLAÇÃO AMBIENTAL QUE ASSEGURE O DESENVOLVIMENTO, MAS TAMBÉM EQUILÍBRIO SOCIAL E AMBIENTAL**.

Por princípio, o Sindsema é apartidário e não defendemos restrição **a priori** a qualquer partido ou pré-candidato – **salvo se for identificado posicionamentos que defendem ideias e votos contra o que acreditamos e defendemos enquanto servidores públicos** – como no caso daqueles pré-candidatos que defendem e votaram a favor da **TERCEIRIZAÇÃO IRRESTRITA na REFORMA TRABALHISTA; que defendem a TERCEIRIZAÇÃO DAS CARREIRAS DE ATIVIDADES TÍPICAS DE ESTADO; ou, ainda que defendam o ENFRAQUECIMENTO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL**.

Filiado à:



Rua Tupinambás 179, Salas: 72 e 73, Centro - BH | Rua Espírito Santo, 495, 3º Andar, Centro - BH

sindsema@sindsemamg.com.br | www.sindsemamg.com.br

Tel.: (31) 3228-7740 e 3274-6772 | (31) 98267-1967

Ou seja, **somos contra partidos e pré-candidatos que se posicionam e votam contra o que defendemos enquanto trabalhadores e servidores públicos do meio ambiente.** Contra estes, devemos esclarecer e alertar a sociedade para que os eleitores possam avaliar e se posicionar.

Nossa Agenda é temática, meio ambiente, desenvolvimento e sustentabilidade. Sabemos que a sensibilidade social pelos temas ambientais tem aumentado, muito em função de eventos e de problemas ambientais, como o desastre ocasionado pela queda da barragens; a questão da escassez hídrica; o desmatamento, as queimadas e os biomas ameaçados; os conflitos sociais e ambientais pelo uso dos recursos naturais e pela qualidade de vida das populações; a contaminação dos solos e a ameaça à saúde pelo uso de agrotóxicos; os efeitos das mudanças climáticas, as enchentes e secas descontroladas; os surtos de febre amarela e a volta das doenças tropicais, dentre outros.

Temos em pauta, para a nova legislatura, no plano estadual, a votação e aprovação do nosso novo Plano de Carreira, homologado junto ao poder judiciário; a criação do Fundo Estadual do Meio Ambiente, com caráter programático e autônomo; a restrição ao preenchimento de postos de Direção máxima e de atividades fins por pessoas de fora dos quadros de carreira, dentre outros. Apresentamos a seguir, em síntese, alguns TEMAS levantados pelos servidores, para os quais solicitamos o seu comprometimento:

TEMAS GERAIS: Reforma Administrativa, Renegociação das dívidas dos Estados, com Encontro de Contas e Devolução dos valores devidos aos Estados pela Lei Kandir; Execução das dívidas de grandes empresas com o Estado e Revisão das isenções fiscais do Estado; Revogação da Emenda Constitucional 95/2016 – Teto dos Gastos; Revogação da Reforma Trabalhista e da Terceirização Irrestrita; Fim gradual da Desvinculação das Receitas da União (DRU); Ampla discussão sobre a Previdência, buscando formas de financiamento que não onerem mais os servidores e garantam os direitos dos inativos e a aposentadoria dos servidores ativos; Auditoria da dívida do Estado e da União; Contra a privatização de ativos de setores estratégicos da União e Estados; Reforma Agrária e demarcação dos territórios das comunidades tradicionais; Agricultura Sustentável, Segurança Alimentar, Agricultura familiar, Desenvolvimento Agrário.

SERVIÇO PÚBLICO: Cumprimento da data-base para correção à inflação; Defesa das carreiras Típicas de Estado; Regulamentação de data para Pagamento integral dos servidores, até o 5º dia útil do mês subsequente ao trabalhado, para ativos e aposentados; Realização de concursos públicos; Defesa do IPSEMG, sua reestruturação e independência de Gestão.

SISEMA: Manutenção, aperfeiçoamento e fortalecimento do SISNAMA e do Sisema; Contra a incorporação da pasta de Meio Ambiente em qualquer outra Secretaria; Valorização e capacitação continuada dos servidores; Aprovação do Plano de Carreira do Sisema, homologado pelo poder judiciário, a ser votado na ALMG); Defesa das carreiras Típicas de Estado, em especial a do meio ambiente – não à terceirização da atividade fim, típica de Estado; Autonomia financeira e administrativa via Fundo Estadual do Meio Ambiente; Regularização dos repasses de valores de cobrança do uso da água aos Comitês de Bacia; Regularização dos repasses de valores de cobrança do SNUC ao fundo da compensação ambiental; Proteção dos Biomas da Mata Atlântica, do Cerrado e da Caatinga; Regularização fundiária dos Parques; Modernização das sedes das Superintendências Regionais do Meio Ambiente; Maior aproveitamento dos quadros técnicos do Sisema para os cargos de chefia e da alta administração.

O pré-candidato(a) que quiser nosso apoio terá que entrar nessa briga: **se comprometer com o SERVIÇO PÚBLICO, COM O SERVIDOR**, fazendo nossa defesa perante a opinião pública, contra aqueles que querem e defendem a terceirização das atividades típicas e exclusivas de estado – caso das carreiras que exercem as atividades de regulação, comando, controle e fiscalização ambiental, dentre outras, como no caso do PLS 280, apresentado no senado em 2017 e a PEC 32 debatida desde 2020. O que está em jogo não são interesses corporativos, mas a própria **defesa do serviço público como um dever do Estado para com a sociedade.**